
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N. 088/2021 - DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO - AAFO

DECRETO N ° 088/2021

DATA: 24 de Junho 2021

SÚMULA: Dispõe sobre a PERMISSÃO DE USO de bem público a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO - AAFO

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 102, § 3º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que o Município é proprietário do imóvel denominado: Parte do Lote Rural nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com área de 1.800m² (um mil e oitocentos metros quadrados), matrícula 5.634, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com uma edificação de aproximadamente 937,85 m²;

Considerando a necessidade de dar efetividade à competência administrativa do Município de garantir a implantação de políticas locais;

Considerando que a não utilização do referido imóvel importa em ter que efetuar manutenção o que gera despesa desnecessária ao município;

Considerando que o município fornece alimentação para as redes de ensino;

Considerando que a Lei 11.947/2009, estabelece que no mínimo 30% (trinta por cento) do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deva ser investido na compra de produtos da agricultura familiar;

Considerando que é diretriz da alimentação escolar o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, o que contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar;

Considerando que a obtenção de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar visa a promover a melhoria

da qualidade da alimentação nas Instituições Educacionais Municipais;

Considerando que a Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º De Março é a fornecedora dos produtos necessários e indispensáveis para a concessão de alimentação à rede de ensino;

Considerando que a Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março - AAFO necessita da Permissão de Uso de mais uma sala para fomentar a agricultura familiar do Município;

Considerando o Poder Discricionário da Administração e que o artigo 102, § 3º, da Lei Orgânica do Município autoriza a permissão de uso, a título precário, por Decreto, de qualquer bem público:

DECRETA

Art. 1º - Fica deferida à **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO - AAFO** a **PERMISSÃO DE USO** de bem imóvel assim descrito:

Uma sala situada no prédio que abriga a Secretaria Municipal de Educação, medindo 41,18 m2, sendo construídas no Lote Rural nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com área de 1.800m2 (um mil e oitocentos metros quadrados), matrícula 5.634, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

Art. 2º - O imóvel descrito no artigo anterior deverá ser usado pela permissionária para atividades da agricultura familiar.

§ 1º - Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora permissionada.

§ 2º - A destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida neste decreto deverá ser objeto de autorização específica do Município.

§ 3º - Não poderá a permissionária usar o bem de que trata este decreto para propaganda, notadamente de cunho político, religioso ou comercial.

§ 4º - A Permissão de Uso da sala objeto deste Decreto fica condicionada à assinatura do Termo de Permissão e às regras nele previstas.

Art. 3º - O Permitente poderá revogar a permissão objeto deste decreto, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º - No caso de revogação da permissão, a permissionária deverá restituir o bem público em prazo não superior a 30

(trinta) dias, contados da data da revogação, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º - A Revogação desta permissão não importa em direito da permissionária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º - A Presente permissão será outorgada por prazo indeterminado, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras,
Estado do Paraná, 24 de Junho de 2021.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:

Aparecida Conceição Santana Ribeiro

Código Identificador:A4174250

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 25/06/2021. Edição 2292

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>